

**Aluna: Julia Martins Tiveron      NUSP: 9741712      Data: 13/10/2022 (Aula 09)**

## **Fichamento**

### **1. Título do Artigo**

Roadmap towards justice in urban climate adaptation research (2016)

### **2. Sobre os autores**

**SHI, Linda.** Professora Assistente no Departamento de Estudos e Planejamento Urbano, *Massachusetts Institute of Technology (MIT)*. PhD em Planejamento Urbano e Regional, no *MIT*. BA em Gestão ambiental na *Yale University*. Desenvolve pesquisa em planos de adaptação climática urbana de forma a melhorar a sustentabilidade ambiental e a justiça social.

**CHU, Eric.** Professor Assistente no Programa de Desenvolvimento Comunitário e Regional no Departamento de Ecologia Humana e Codiretor do Centro de Pesquisa em Adaptação Climática da *University of California Davis*. Professor no Departamento de Geografia, Planejamento e Estudos de Desenvolvimento Internacional, na Universidade de Amsterdã. Sua pesquisa é baseada no comparativo local e global, e se concentra em entender como os governos locais, comunidades e grupos da sociedade civil trabalham juntos para planejar e se adaptar aos impactos das mudanças climáticas globais.

**ANGUELOVSKI, Isabelle.** Professora Pesquisadora no Instituto de Ciência e Tecnologia Ambiental, *Universitat Autònoma de Barcelona*. PhD em Planejamento Urbano e Regional, *MIT*. Desenvolve pesquisa na intersecção entre planejamento urbano e política, desigualdade social e estudos de desenvolvimento.

**AYLETT, Alexander.** Falecido em 2016, foi Professor Assistente de Governança e Inovação da Sustentabilidade Urbana, no Centro de Urbanização Cultura e Sociedade, *Institut National de la Recherche Scientifique* (Montreal, Quebec) e cofundador do *ecoHackMTL*.

**DEBATS, Jessica.** Conferencista no Departamento de Estudos e Planejamento Urbano, na *University of California San Diego (UCSD)*, e no Departamento de Estudos Urbanos e Políticas Públicas da *University of California Irvine*. PhD em Planejamento Urbano e Regional, *MIT*. MA em História pela

*UCSD*. Sua pesquisa se concentra na relação entre justiça ambiental, adaptação climática e espaço público, com foco em arborização urbana e mitigação de ilhas de calor urbanas.

**GOH, Kian.** Professora Assistente de Planejamento Urbano na *University of California Los Angeles, Luskin School of Public Affairs*. PhD em Planejamento Urbano e Ambiental, *MIT*. MA em Arquitetura pela *Yale University*. Pesquisa as relações entre design ecológico urbano, política espacial e mobilização social no contexto das mudanças climáticas e da urbanização global. Autora de *Form and Flow: The Spatial Politics of Urban Resilience and Climate Justice* (MIT Press)

**SCHENK, Todd.** Professor Associado em Assuntos Urbanos e Planejamento e Afiliado no *Global Change Center*, na *School of Public and International Affairs* (Blacksburg, Virginia). PhD em Planejamento e Políticas Públicas, *MIT*. BA em Geografia pela *University of Guelph* (Canada). Possui interesse em: Governança colaborativa na interface ciência-política; Discurso civil para construir empatia e compreensão; Adaptação às mudanças climáticas; Jogos sérios para pesquisa-ação.

**SETO, Karen C.** Professora de Geografia e Ciências da Urbanização da *Yale School of Forestry and Environmental Studies* (New Haven, Connecticut). BA em Ciências Políticas, pela *University of California Santa Barbara*. PhD em Geografia pela *Boston University*. É especialista em análise de sensoriamento remoto por satélite e em urbanização contemporânea na China e na Índia. Ela foi uma das autoras coordenadoras do capítulo de mitigação urbana do AR5 do IPCC.

**DODMAN, David.** É diretor geral do *Institute for Housing and Urban Development Studies* da *Erasmus University Rotterdam*, a partir de 1º de set., 2022. PhD em Geografia pela *Oxford University*. Foi diretor do *Human Settlements Research Group*, do *International Institute for Environment and Development* – IIED (Londres, UK), até julho de 2022. É especialista em vulnerabilidade às mudanças climáticas e resiliência nos centros urbanos. Seu trabalho atual se concentra na compreensão da natureza dos riscos urbanos e na maneira como os perigos diários, os grandes desastres e as mudanças climáticas podem afetar os moradores urbanos de baixa renda.

**ROBERTS, Debra.** Foi autora principal do Capítulo 8 (Áreas Urbanas) e autora colaboradora do Capítulo 12 (África) da contribuição do WG II para o AR5 do IPCC. PhD em Biogeografia Urbana na Universidade de Natal, África do Sul. Depois de trabalhar como pesquisadora de pós-doutorado, ingressou no governo local em 1994. Estabeleceu o Departamento de Planejamento Ambiental e Proteção Climática do Município de eThekweni (Durban, África do Sul), que liderou de 1994 a 2016, quando foi nomeada para estabelecer a Unidade de Iniciativas de Cidades Sustentáveis e Resilientes.

**ROBERTS, J. Timmons.** Sociólogo, é atualmente Professor de Estudos Ambientais e Sociologia no *Institute for Environment and Society*, na *Brown University* e o Diretor Executivo da *Climate Social*

*Science Network*. Sua pesquisa se concentra na política de mudança climática, impulsionadores sociais de ação e inação sobre as mudanças climáticas. Ministra cursos sobre equidade e meio ambiente, sobre globalização e meio ambiente, e workshops de grupo prático sobre questões de política ambiental local, nacional e global. Recentemente, atuou no Conselho de Mudanças Ambientais e na Sociedade da Academia Nacional de Ciências.

**VAN DEVEER, Stacy D.** Atualmente é Professor e Presidente do Departamento de Resolução de Conflitos, Segurança Humana e Governança Global, na Escola de Pós-Graduação McCormack. Foi Professor no Departamento de Ciência Política, na Universidade de New Hampshire. Também é membro do corpo docente do Centro de Governança e Sustentabilidade da UMass Boston e representante do corpo docente da *McCormack School*, no Laboratório de Soluções Sustentáveis (SSL). PhD em Governo e Política na Universidade de Maryland. Possui pesquisa nas áreas de recursos globais e política energética, governança global ambiental e de recursos, política comparada, União Europeia, mudança ambiental e segurança humana.

### 3. Metodologia e teoria utilizada

Revisão bibliográfica da literatura, teoria e prática atual na adaptação urbana.

### 4. Ideias centrais

**Introdução e Apresentação do artigo.** Os autores iniciam seu trabalho apontando que tem se dado de forma crescente a constatação de que os impactos advindos das mudanças climáticas são sentidos de forma desigual, afetando mais fortemente os grupos mais pobres e marginalizados. Diversas iniciativas, no campo das políticas públicas urbanas, reconhecem a importância da inclusão de diferentes grupos da sociedade civil nos projetos de adaptação a riscos.

Destacam, ainda, que os planos de adaptação urbana ocorrem prioritariamente no nível municipal, o que pode levar a dificuldades decorrentes da desigualdade na capacidade de adaptação de diferentes cidades. Em função disso, se fazem necessárias medidas de ação de múltiplos níveis de governo, especialmente para corrigir as desigualdades na resposta às mudanças climáticas.

Para enfrentar tal questão, os autores propõem um roteiro para pesquisas interessadas em adaptação socioespacial equitativa, com quatro oportunidades interrelacionadas: (1) Ampliação da participação no planejamento de adaptação entre atores municipais e da sociedade civil; (2) Ampliação do apoio à adaptação para cidades em rápido crescimento e para aquelas com baixa capacidade financeira ou institucional; (3) Adoção de abordagens multinível e multiescala para planejar, financiar e imple-

mentar ações de adaptação; e (4) Integração de critérios de justiça em sistemas de infraestrutura e processos de projeto urbano para catalisar adaptação equitativa no espaço.

**Teorias da Justiça na Adaptação Climática Urbana.** As teorias clássicas da justiça se concentram na ideia de alocação e distribuição justa de recursos, de modo a transferi-los aos desfavorecidos. Demanda-se, contudo, que as teorias da justiça, além de assumirem a institucionalidade da distribuição injusta, reconheçam a existência de diferenças culturais e removam os obstáculos à participação ativa e tomada de decisão acerca dos riscos e bem-estar das diferentes comunidades.

A justiça ambiental e climática, por sua vez, está necessariamente ligada à dimensão espacial e, portanto, as teorias associadas “investigam como determinantes geográficos e diferenças moldam diversas formas de desigualdade espacial” (p. 132). Nesse âmbito, os desequilíbrios no desenvolvimento entre comunidades podem ser determinantes para sua vulnerabilidade às mudanças climáticas, bem como para a resposta política que se dá a uma situação de risco ou evento extremo. Para a redução dessa condição de vulnerabilidade, é necessário investir em processos de conscientização e participação junto à comunidade a fim de criar soluções e esforços de adaptação.

As iniciativas de planejamento participativo, contudo, correm o risco de terem seu foco reduzido a interesses imediatos e desenvolverem processos de reprodução ou mesmo ampliação das desigualdades. Para não recair nessas armadilhas, estudiosos afirmam a importância de “priorizar a melhoria dos serviços sociais e a infraestrutura protetora para grupos marginalizados” (p. 132). As pesquisas ligadas ao tema, entretanto, têm falhado em apontar projetos que efetivamente endereçam a questão das desigualdades e riscos estruturais, bem como as vulnerabilidades vivenciadas por comunidades marginalizadas.

**Ampliação da Participação no Planejamento de Adaptação Urbana.** O planejamento de adaptação climática demanda uma abordagem que integre diferentes setores da administração, assim como diferentes atores interessados. Apesar disso, quando se observa a maior parte das cidades e iniciativas, essa integração não se faz presente e a temática ambiental restringe-se a uns poucos setores especializados. Da mesma forma, ainda não se atingiu uma proporção adequada no que toca à participação na construção de planos de adaptação, por exemplo, de organizações não governamentais. Essa ação não-integrativa tende a reproduzir as desigualdades existentes e a não incorporar as necessidades específicas de populações marginalizadas.

**Catalisando o Planejamento de Adaptação através das Cidades.** No tópico que segue, os autores chamam a atenção para a necessidade de estudos que foquem não apenas as cidades que representam cases de sucesso em matéria de adaptação, mas também aquelas que não conseguem adaptar-se. Essas

são, em sua grande parte, cidades de pequeno porte, desconectadas das redes globais, para as quais são escassas as trocas de conhecimento técnico e as vias de captação de recursos para políticas de adaptação. Para progredir na adaptação climática nessas cidades, é importante examinar quais as ferramentas e os modos de engajamento aptos a serem aplicados no maior número de municípios, nas diferentes regiões do mundo, bem como extrair das lições aprendidas aquelas que podem contribuir para a aprendizagem dessas pequenas e médias cidades em rápido crescimento e com capacidades limitadas.

**Escalas de Governança para a Justiça de Adaptação.** Embora tenha se tornado usual afirmar que as políticas de adaptação são uma questão para o nível local, os autores apontam que esse viés de interpretação esconde a dimensão multinível envolvida no planejamento de adaptação local. Como eles apontam, os governos locais muitas vezes não possuem a competência para atuar nos diversos setores que devem estar presentes quando se trata de planejamento climático urbano, tais como os sistemas de transporte e a infraestrutura energética e hídrica. Também há de se reconhecer que a articulação entre os diferentes níveis passa por um “complexo conjunto de tensões entre os governos locais e nacionais sobre autoridade regulatória e atribuição de receitas” (p. 134).

Sublinha-se, também, que os municípios tendem a limitar-se a políticas de curto prazo, endereçando as necessidades econômicas mais básicas e imediatas, enquanto medidas de longo prazo voltadas à redução da desigualdade tendem a depender de uma ação ampla e coordenada que envolva entes nacionais ou estaduais. Novamente se trata de questões que exigem estudos que ajudem a viabilizar a adoção de políticas adaptativas em contextos locais vulneráveis, a partir da análise multinível e multiescala. Nesse sentido, as pesquisas empíricas também têm o potencial de esclarecer como diferentes esferas de governo devem atuar na adaptação climática, considerando fundamentos de justiça espacial e planejamento regional.

**Projetando para a Justiça Espacial.** Outro desvio cometido por pesquisadores e formuladores de políticas de adaptação consiste em situar sua perspectiva em um de dois campos: abordagens físico-infraestruturais e abordagens socioinstitucionais. Apesar disso, essa divisão já não é tão absoluta quanto antes, e alguns exemplos de projetos de adaptação urbana abrangentes expõem uma visão conjunta e abrangente. Ainda assim, esses projetos estão sujeitos ao risco de construir “zonas seguras” em termos climáticos e reproduzir a exclusão de populações marginalizadas, o que se torna ainda mais suscetível de ocorrer quando a iniciativa privada ocupa o espaço do financiamento estatal.

**Para uma Agenda de Pesquisa para a Adaptação Justa.** A exigência de transformações radicais e sistêmicas imposta pelas mudanças climáticas coexiste com um cenário desfavorável, marcado pela

“austeridade, descentralização e oposição a grandes intervenções urbanas que podem fundamentalmente diminuir a capacidade dos Estados de realizar essas mudanças” (p. 135). Nesse contexto, os autores apontam uma série de práticas que contribuem para a reprodução de desigualdades e de injustiça, que incluem a ausência de participação, de capacidades de planejamento de adaptação e de articulação entre as esferas governamentais, assim como a falta de comunicação entre abordagens físico-infraestruturais e socioinstitucionais. Como fatores necessários ao enfrentamento da justiça climática em processos de adaptação urbana, destacam: a observação e estudo dos grupos marginalizados com baixa capacidade de resposta; a concepção processual de justiça e reconhecimento da injustiça como questão sistêmica e institucional; o diálogo como ferramenta de construção de novas coalizões que promovem adaptação equitativa; e a avaliação das diferentes funções desempenhadas por cada nível de governo no planejamento de adaptação.

## 5. Conclusões

O artigo traça uma série de propostas e orientações de pesquisas que visam abordar a justiça nas políticas de adaptação climática, levantando aspectos de participação da comunidade e abordagem multinível. Apontando as questões e os desafios encontrados em cada fase do roteiro proposto, eles apresentam uma agenda de pesquisa para ações justas de adaptação.

## 6. Citações

“Researchers and decision-makers supporting these objectives have opportunities to more critically assess how the unevenness of existing development affects urban adaptation plans and projects, and how these in turn shape the socio-spatial distribution of risks, vulnerabilities and adaptive capacity.” (p. 131)

“This uneven participation by municipal departments and civil society limits the potential for adaptation to be systematically mainstreamed into local development and management policies, and stifles attention to the particular needs of disadvantaged groups.” (p. 133)

“Adaptation projects will not confront issues of justice and equality, nor address the needs of the most socially vulnerable groups, if there is little interaction between adaptation researchers engaged in theorizing the spatial injustice of climate vulnerabilities and designers and engineers involved in implementing physical adaptation interventions.” (p. 135)